IV.1 – ARACAJU

IV.1.1 – Histórico

Aracaju, capital do Estado de Sergipe, foi fundada, em 1855, para substituir a cidade de São Cristóvão que passava por fragilidade em função das deficiências do seu porto e de se localizar distante do principal centro produtor de cana de açúcar, a Zona do Cotinguiba.

Segundo PORTO, "*Geograficamente Aracaju derrotou interesses políticos e individuais que há muito desejavam a mudança da Capital, não como foi feita, mas para locais mais ao alcance de tentáculos de sua influência, a fim de melhor dominarem a administração da Província*."

A história da capital de Sergipe, antigo Povoado Santo Antonio não surgiu de forma espontânea como as outras cidades da época, ela foi planejada para ser a sede do Governo do Estado. Acredita-se que o arraial de Santo Antonio surgiu a partir de uma capelinha construída no alto da colina, hoje a Igreja de Santo Antonio.

Em 1920 a cidade já contava com 170 logradouros e grande número de importantes edifícios como o do Palácio do Governo, Assembléia Legislativa e o da Prefeitura.

Dos nomes dos bairros colocados à época, apenas o Santo Antonio não é estranho ao Aracajuano. Massaranduba no Bairro Industrial, Olaria no centro da cidade, a estrada nova, hoje avenida João Ribeiro, e assim por diante. A modificação dos nomes dos bairros ocorreram para agradar políticos.

O riacho Olaria que cortava a avenida João Ribeiro foi transformado no canal que corta a avenida Airton Teles, já o rio Aracaju que desembocava nas proximidades da Sergipe Industrial no bairro Industrial e que deu nome a cidade desapareceu.

IV.1. 2 – Patrimônio Natural

A cidade, assentada sobre sedimentos quaternários inconsolidados, foi se espraiando, ocupando áreas de fragilidade ambiental como os mangues, lagoas, dunas e restingas. De fato, à luz

da legislação atual a cidade se restringiria a áreas mais elevadas para o norte e oeste do atual município onde estão terrenos do Grupo Barreiras, menos frágeis do ponto de vista ambiental.

Mas, a saga dos seus fundadores associada à falta de consciência ecológica, ausente até bem pouco tempo, além dos interesses econômicos contribuíram para a expansão dessa que se constitui no maior centro urbano de Sergipe, com grande força de centralidade e de dominação macrocefálica.

A cidade de Aracaju nos últimos quarenta anos vem passando por um rápido crescimento com a ocupação de suas áreas periféricas e expansão sobre os municípios vizinhos resultando num processo de metropolização que tem sido acompanhado pela exclusão social e pela degradação ambiental (FRANÇA, 1999).

Segundo o IBGE, em 2000, Aracaju contava com 461 534 habitantes, mas efetivamente já se expande para os municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, alcançando, em 2003, cerca de 700.000 habitantes, exigindo, portanto, uma nova compreensão desse complexo urbano que implica em novas posturas políticas e administrativas para enfrentar os grandes desafios que a cidade grande impõe aos seus moradores. (França,2000)

Assim, "*o rápido crescimento da população se efetiva concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração da terra e, em determinadas áreas da modernização da agricultura. Além disso, não se pode esquecer o papel das políticas públicas voltadas para a produção de habitação que se constituíram em forte atração para as populações que migram do campo, das cidades do interior e de outros estados no desejo de conseguir uma casa*." . (FRANÇA,2003).

Ao longo das quatro últimas décadas a construção de grandes conjuntos habitacionais contribuiu para a valorização da terra, intensificando a especulação imobiliária. Ao lado dos conjuntos habitacionais surgem os loteamentos. A cidade ser espraia em todas as direções e recebe um grande contingente de migrantes que nem sempre tem condições de adquirir terrenos ou habitações.

Como o número de unidades construídas foi inferior ao de interessados, essa população, desprovida de recursos, ocupou áreas inóspitas, de fragilidade ambiental, áreas de preservação, causando danos ao meio ambiente e vivendo em condições precárias, formando os assentamentos subnormais.

Pelos fatos abordados observa-se que pouco restou da vegetação natural do município merecendo destaque, além das áreas protegidas por lei, citadas abaixo, constituem o patrimônio natural da cidade os manguezais das bacias do rio Sergipe e Vaza Barris, as dunas e restingas da Zona de Expansão Urbana de Aracaju e a restinga do Parque dos Cajueiros.

Áreas Protegidas

Paisagem Notável Natural – A Lei Estadual N° 2.825/90 delimita espaço físico como área constitutiva de "paisagem natural notável" e de especial proteção ambiental, nos termos do art. 23 inciso III e VI, combinadamente com o art. 24, incisos VI e VII, todos da Constituição Federal.

Art. 1° Constitui "paisagem natural notável" e área de especial proteção ambiental todo o trecho do rio Sergipe, que serve de divisa entre os Municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros.

& 1° - O trecho delimitado pelo "caput" deste artigo é compreensivo das margens e de todo o leito do rio, tanto na parte permanentemente coberta pelas águas, tanto naquela que somente o é por efeito dos movimentos de maré, tanto no segmento que se estende até o mar, quanto naquele que sai em demanda do rio Poxim.

Área de Proteção Ambiental das Ilhas da Paz e do Paraíso - A Lei N°. 2795, de 30 de março de 1990, do Governo do Estado de Sergipe instituiu uma Área de Proteção na região estuarina do rio Vaza-Barris referente às ilhas da Paz e do Paraíso, não contíguas.

A Ilha do Paraíso estava localizada na foz do estuário, sendo na verdade uma acumulação arenosa resultante da hidrodinâmica local. Este banco arenoso ou coroa foi incorporado ao continente, na margem esquerda do estuário, pelo processo contínuo de deposição de sedimento. Uma outra ilha da área, que consta em mapas antigos e denominada Novo Mundo, teve o mesmo destino.

A Ilha da Paz está situada no rio Santa Maria, afluente que deságua na parte inferior do estuário do Vaza-Barris, em frente ao Povoado Mosqueiro. Esta ilha é mais conhecida pelo nome de Caramindó, (ou Cramindó, segundo os moradores locais) e apresenta um forte bosque constituído por *Rhizophora mangle*.

O Povoado Mosqueiro situa-se no limite sul do município de Aracaju e tem, paulatinamente, passado de um agregado de pescadores a local de residência permanente ou de fins-de-semana de parte da população de classe média alta da capital, que usa o estuário para pesca amadora e para passeios, geralmente possuindo lanchas e outras embarcações de recreação.

O estabelecimento de uma APA para proteção dessas duas ilhas estuarinas pode ser atribuída à intenção de se evitar construções, uma vez que o estuário é utilizado como área de lazer, principalmente em sua parte inferior. Em locais com estas características, despontam iniciativas voltadas para a prestação de serviços, como a instalação de bares, restaurantes, etc. Moradores locais informaram que há anos atrás uma construção de alvenaria foi iniciada na Ilha do Paraíso, sendo

demolida a seguir. Apesar do cuidado demonstrado pelo Governo do Estado para com a preservação ambiental, constata-se que a lei dirigida à proteção de uma formação muito específica não tem muita razão de ser. Atualmente apenas uma das ilhas subsiste, a Ilha da Paz, havendo sido a outra apenas uma feição efêmera, hoje não mais existente.

A utilização do estuário do Vaza-Barris para atividades de recreação está prevista na Resolução 07/92 /ADEMA, a qual classifica toda a região estuarina na Classe 5 estabelecida pela Resolução Nº. 20 do CONAMA (de 18 de junho de 1986) para os corpos d'água. Esta classificação prevê que a área se destina a: a) recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho); b) proteção das comunidades aquáticas; c) criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu - A Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu localiza-se mais internamente à borda litorânea, em uma das margens do estuário do rio Sergipe, no município de Aracaju. Limita-se ao norte com o rio do Sal, ao leste com o rio Sergipe e ao sul e oeste com a área urbana da zona norte do município. Trata-se de uma região onde originalmente predominava a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, além de enclaves de cerrado, em pontos localizados do Morro do Urubu. Esse complexo de vegetação encontra-se hoje bastante descaracterizado, sobretudo, pela invasão, construção e urbanização de favelas na área.

Sobre os remanescentes de Mata Atlântica e de Cerrado localizados nesta APA, vale ressaltar que, recentemente, um reflorestamento foi efetuado na tentativa de restabelecimento da vegetação nativa. Entretanto, caso não se obtenha êxito, os remanescentes continuarão com sua função ecológica comprometida pois possuem área insuficiente para a manutenção de populações animais mais exigentes; e o isolamento impossibilita a dispersão e migração de novas espécies vegetais. Além disso, as presenças de um parque, de um clube hípico e de áreas habitadas ao seu redor, deixam dúvidas quanto ao futuro do ambiente natural.

Parque Municipal Ecológico de Tramadaí - O Parque Municipal Ecológico de Tramandaí situa-se no Bairro Jardins, uma área recentemente aberta à instalação imobiliária na zona nobre de expansão de Aracaju. Tem como objetivo preservar e recuperar o restante de um enclave urbano de manguezal. Foi instituído após protestos da população relacionados à ocupação da área por empresas de construção civil.

IV.2.- ESTÂNCIA

IV.2.1 – Histórico

O município de Estância distante 68 km de Aracaju figura entre os mais importantes do Estado, surgiu no início do século XVII, como povoação de Santa Luzia, o mais antigo núcleo de Sergipe. As terras, situadas entre os rios Piauí e Piauitinga pertenciam a Diogo de Quadros e Antonio Guedes.

A primeira atividade da povoação foi a pecuária, em decorrência da boa qualidade dos pastos. Este fato acabou determinando o nome da localidade. Estância significa fazenda de gado, uma palavra castelhana, idioma falado pelo seu fundador, o mexicano Pedro Homem da Costa.

No começo de século XVIII Estância já era uma povoação que crescia e prosperava porque convergia para a vila toda a exportação realizada pelo rio Piauí, tendo neste período dado inicio a industria da cana de açúcar.

Em 1860, Estância recebe a visita de D. Pedro I e pela impressão causada ao imperador recebe o nome de cidade jardim.

Em 1891 foi fundada a 1ª fábrica de tecidos, localizada no Bairro Bonfim, dando inicio ao ciclo industrial da cidade.

IV.2. 2 – Patrimônio Natural

Além das áreas de preservação permanente protegidas pelo Código Florestal o município de Estância faz parte da APA do Litoral Sul de Sergipe.

A Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe foi criada através do Decreto Estadual Nº 13468, de 21 de janeiro de 1993, alterado através do Decreto Nº 15559, de 26 de outubro de 1995.

Esta APA estende-se desde a margem direita da foz do Rio Vaza Barris até o extremo sul do Estado de Sergipe, margem esquerda do complexo estuarino dos rios Piauí-Fundo-Real. A extensão é de 55 km e cerca de 10-12 km de largura, cobrindo superfície de 542 km^2. Engloba a porção litorânea dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Pertence ao Litoral Sul (setor costeiro estabelecido pelo projeto Gerenciamento Costeiro de Sergipe), do qual também faz parte o município de São Cristóvão, encontrando-se este, porém, fora da abrangência desta unidade de conservação (Wanderley, 1998).

A área insere-se, em termos de paisagem, nos domínios das chamadas formações pioneiras constituídas por remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, dunas e restingas e brejos litorâneos situados nas depressões fluvio-marinhas. Aí existem as maiores áreas de restinga arbórea e manguezais sergipanos bem preservados porém uma grande parte dos ambientes naturais encontra-se hoje bastante descaracterizada pela supressão da vegetação nativa, o desmonte das dunas e interferências sobre os bosques de mangue.

As causas destas mudanças introduzidas são, principalmente, o processo histórico de colonização, a antiga introdução da monocultura do coco e, mais recentemente, a implantação de empreendimentos imobiliários (loteamentos, condomínios e residências nas praias da Caueira, do Saco e do Abaís) e a abertura da Rodovia SE-100, que resultaram na degradação de grande parcela da vegetação primitiva.

A criação desta Unidade de Conservação visa garantir a manutenção das dunas e das manchas de restinga arbóreo-arbustiva existentes na área e disciplinar a ocupação do litoral. Entretanto, de modo semelhante ao que ocorre em outras áreas do Nordeste e do Brasil, a região vem sendo ocupada sem planejamento algum.

O Zoneamento Ambiental da APA foi realizado em novembro de 1998, levando em consideração a fragilidade dos ecossistemas e o nível atual de ocupação e definido da seguinte forma:

Zona de Preservação Permanente (ZPP) – que abrange os ecossistemas naturais protegidos pela legislação federal e estadual, tais como os manguezais, as dunas, às margens dos rios Real e Piauí e as lagoas. São proibidas nesta zona Supressões de Vegetação, Caça e Pesca predatórias, Implantação de loteamentos, e atividades agrícolas.

Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPS) – Nesta zona encontram-se as áreas de desova da tartaruga marinha, a base do projeto TAMAR na praia do Abais e os remanescentes de Restinga Arbustiva – arbórea, ao norte do Povoado Caueira e a Mata Atlântica do povoado Castro.

Nesta zona só são admitidos usos indiretos, como pesquisa, visitação, contemplação e Programas de Educação Ambiental.

São proibidas nesta zona Supressões de Vegetação, Caça e Pesca predatórias, Implantação de loteamentos, e lançamento de esgotos e construção de aterros sanitários.

Zona de Proteção Visual (ZPV) – Trata-se de trechos onde a beleza cênica das dunas proporcionam lindas paisagens sendo localizadas próximo ao entroncamento da rodovia Ayrton Senna com o acesso a BR 101 e nas proximidades dos Povoadas do Saco do Rio Real e Abais.

São indicadas a implantação de trilhas e quiosques de apoio, nos pontos mais elevados, que serviram para o turismo contemplativo.

São proibidas construção de edificações que dificultem a visualização das dunas e formações vegetacionais naturais, implantação de loteamentos, fixação de “out doors” e trafego de veículos sobre as dunas.

Núcleo Urbano Consolidado (NUC) – São áreas com adensamento populacional de médio e pequeno porte. Nesta zona as proibições se restringem ao uso e ocupação das áreas de preservação permanente e implantação ou alteração do uso do solo sem a devida autorização do órgão responsável.

Zona de Expansão Urbana (ZEU) – Localizada na circunvizinhança dos principais núcleos urbanos são formados por áreas de expansão no entorno dos núcleos habitacionais. Apresentam níveis elevados de antropização com comprometimento dos cursos de água que circundam as áreas urbanas. Nesta zona a implantação de empreendimentos deve ser feita **com a anuência dos órgãos responsáveis pela água, saneamento e disposição final do lixo.**

Zona de Uso Diversificado (ZUD)- localizada em diferentes trechos da APA apresenta ambientes antropizados, principalmente, pela cultura do coco que ocupa extensas áreas ao longo da costa. Outras atividades que merecem destaque são a pesca, mariscagem e o cultivo de pequenas lavouras de subsistência. São proibidos, nesta zona, desmatamentos e queimadas sem a previa autorização do IBAMA, caça e pesca predatórias, utilização de agrotóxicos sem receituário agronômico e alteração do uso dos solos nas áreas consideradas de preservação permanente.

IV.3 – RIACHUELO

IV.3.1 – Histórico

Situado na região central do Estado, as terras pertencentes ao município nos finais de 1590 eram ocupadas pela família Pinto, sendo Povoado Pinto o primeiro nome do município. Em 6 de maio de 1872, o Povoado Pinto, que atraía centenas de pessoas para a cultura de cana de açúcar, é transformada em Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Riachuelo. Foi uma das cidades mais progressista do nordeste durante o ciclo da cana de açúcar que durou até as primeiras décadas do século passado.

A cidade fica entre três rios, Sergipe, Cotinguiba e Jacarecica, que formam um elo, daí o nome Riachuelo e Nossa Senhora da Conceição porque os proprietários do Engenho Pinto construíram uma capela em homenagem a santa padroeira.

Depois de Aracaju, comum um porto mais franco e com todas as linha ferroviárias chegando até lá, Riachuelo entrou em declínio o que é refletido na população

IV.3. 2 – Patrimônio Natural

O município de Riachuelo está situado no domínio da Mata Atlântica e com uso e ocupação do solo a cana de açúcar o que levou a descaracterização dos ecossistemas naturais.

Da vegetação natural hoje restam pequenas manchas esparsas e raras principalmente às margens dos rios. O município não possui unidade de conservação.

IV.4 – LAGARTO

IV.4.1 – Histórico

O município de Lagarto é o terceiro mais antigo do estado de Sergipe. O nome do município vem de um riacho situado onde é hoje a Praça Nossa Senhora da Piedade que possuía pedras em forma de um lagarto.

Quando da invasão de Sergipe por Cristóvão de Barros, em 1590, as terras que formam o município de Lagarto já tinham sido doadas em forma sesmaria para Gaspar d' Almeida, Gaspar Menezes e Antonio Gonçalves de Santana, este ergueu a povoação de Santo Antonio em 1556. O povoado ficava a seis quilômetros da atual sede do município. Mas em 1645, por causa de uma epidemia de varíola, os moradores que conseguiram escapar fugiram para um local mais alto onde está hoje a praça Nossa Senhora da Piedade.

Do município de Lagarto foram desmembrados os municípios: Tobias Barreto (Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, em 1718), Simão Dias (Freguesia de Nossa Senhora Santana, em 1834), Boquim (Freguesia de Nossa Senhora Santana da Lagoa Vermelha, em 1719) e Riachão do Dantas (Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Riachão, em 1855).

IV.4. 2 – Patrimônio Natural

O município situa-se na área de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga. A Serra da Pururuca e Serra da Picada apresentam vegetação natural de Mata Seca. O município não possui Unidade de Conservaçãoi.